



AS MAIORES FESTAS QUE JÁ MAIS VIO BRAGA, EM SEOS DIAS: A PROCISSÃO DE SÃO JOÃO (SÉCULOS XVII-XVIII)

The Biggest Festivities that Braga has Ever Seen in its Days:
The Procession of Saint John (17th-18th Centuries)

Maria Marta Lobo de Araújo

Universidade do Minho, Portugal

orcid.org/0000-0002-6199-8033 | martalobo@ics.uminho.pt

Fecha de recepción: 24/11/2023

Fecha de aceptación: 25/04/2024

Acceso anticipado: 23/09/2024

Resumo: O nosso estudo centra a sua análise nas festas sanjoaninas na Braga, com destaque particular para a procissão, realizada no dia 24 de junho. A análise privilegia a composição da procissão ao longo do tempo, realçando os elementos que a constituíam, mas igualmente os conflitos e as dificuldades por que passou. O pagamento da despesa foi um dos problemas que enfrentou, mas também os vários momentos de conflitualidade surgidos entre os mesários e com o arcebispo deram corpo a uma cerimónia que foi oscilando no decurso dos anos. Pese embora essa situação, a procissão tonou-se numa grande manifestação religiosa e profana, agregadora de muita de muitos fiéis, que viviam este momento com alegria e júbilo. A abordagem feita repousa nas fontes confraternais, com destaque particular para as atas, os estatutos e os livros de despesa, que serão trabalhadas através de uma metodologia qualitativa e quantitativa.

Palavras-chave: Festividades; Procissão de São João; conflitos; Braga; Idade Moderna.

Abstract: Our study addresses the feasts of Saint John the Baptist in the city of Braga, with particular emphasis on the procession held on the 24th of June. The analysis focuses on the composition of the procession over time, highlighting the elements that constituted it, but also the conflicts and difficulties it faced. The payment of expenses was one of the problems, but also the

various moments of conflict that arose between the board members and the archbishop, giving substance to a ceremony that was oscillating over the years. Despite this situation, the procession became a great religious and profane manifestation, aggregating many faithful, who lived the pomp and splendor offered by the Baroque festival. The approach taken is based on fraternal sources, with in particular the minutes, statutes and expense books.

Keywords: Festivities; Procession of Saint John; conflicts; Braga; Early Modern Period.

Sumário: 1. Introdução; 2. A procissão e os festejos de São João; 3. Considerações finais; 4. Referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

A confraria de São João do Souto da cidade de Braga é uma instituição medieval, fundada no século XII¹, que na Idade Moderna estava sediada na igreja do mesmo orago. Com vários séculos de existência, a confraria encerrou a sua atividade há pouco mais de uma década, à semelhança de muitas outras existentes na cidade no período em estudo. Várias delas fundiram-se com outras mais fortes ainda no século XVIII e outras acabaram por desaparecer já no período contemporâneo.

Esta associação de fiéis é anterior à paróquia de São João do Souto. Esteve localizada no Castelo, junto à torre de menagem, e, depois, de ser erigida a cadeia nessa zona, foi transferida para a referida igreja, agregando-se-lhe a confraria do Subsino². Possuía o privilégio de ter tumba e de poder levar em ombros quem desejasse o seu acompanhamento fúnebre³, o que representava poder e significava concorrência no negócio dos enterros em termos locais.

A instituição conservou até à atualidade dois estatutos reformados: um de 1652 e outro de 1755. O estudo destes dois documentos permite conhecer o enquadramento do seu funcionamento e, no caso particular que nos interessa, as festividades realizadas em torno do padroeiro e a forma como deviam decorrer. Neles foram também copiados alguns acórdãos da Mesa⁴ dando conta das dificuldades em realizar as duas festividades a São João, mas igualmente as estratégias usadas

¹ Arquivo da igreja de São João do Souto de Braga (doravante AISJSB), Fundo da confraria de São João Batista, *Estatuto da Confraria de Sam Joam Baupista e reformação dos antigos feita aos 8 de Janeiro de 1652 annos*, fl. 1. Vid Marques (1983).

² Para a fusão de confrarias em Braga veja-se Ferraz (2014, pp. 83-84).

³ AISJSB, Fundo da confraria de São João Batista, *Estatutos da Confraria de Sam Joam Baupista e reformação dos antigos feita em 1652, 1652-1699*, nº 114, fl. 4.

⁴ Órgão dirigente composto por 11 elementos.

para as ultrapassar. O cruzamento dos estatutos com as atas foi fundamental para apreendermos a dinâmica da instituição. A confraria celebrava uma festa no dia considerado como sendo o do nascimento de São João, 24 de junho, e uma outra, designada Degolação, ocorrida a 29 de agosto.

Neste trabalho debruçamo-nos sobre a primeira festa, por ter sido a que ganhou relevância ao longo dos séculos, transformando-se no século XIX numa grande manifestação pública da cidade e alcançando no século XX o espaço mais relevante em termos festivos da região. Não ignoramos que as festas joaninas integravam outras manifestações públicas, todavia, sublinhamos que o nosso objeto de estudo é somente a procissão e não as referidas festas. Procuraremos fazê-lo através da análise da sua composição, das mudanças a que esteve sujeita, dos conflitos existentes e da forma como foram ultrapassados. Para a sua análise, selecionamos como fontes principais as produzidas pela confraria de São João, uma vez que as referentes ao Município de Braga já foram alvo de uma dissertação de Mestrado (Ferreira, 2013). É, por conseguinte, com base na documentação confraternal que estudaremos a procissão ao longo dos séculos XVII e XVIII, período cronológico em que a mesma se tornou objeto de significativas mudanças. Processo dinâmico, a procissão foi alvo de toda a atenção dos mesários, reflete o gosto barroco, embora estivesse sujeita a flutuações decorrentes da disponibilidade financeira para a sua realização e às opções de gestão do órgão dirigente.

O nascimento de São João está associado a uma intervenção divina, por seus pais serem de idade avançada. Santa Isabel era uma mulher, considerada à época, idosa quando concebeu João. A associação de João Batista a Jesus Cristo está relacionada com o parentesco das suas mães, por serem primas. Por ter sido Apóstolo e mártir, João Batista ocupa um lugar central no cristianismo; tendo batizado Jesus no rio Jordão e alcançado grande popularidade como santo (Ferreira, 2013, p. 45). Na cidade de Braga foi objeto de uma grande adoração ao longo da Idade Moderna, como se comprova pelas festividades feitas em sua honra. Embora a confraria de São João do Souto o homenageasse com duas festas, foi a do seu nascimento que se impôs e alcançou grande projeção já na Época Moderna.

Assim, estudaremos a procissão como um ritual que se foi impondo ao longo dos séculos, não sem ter conhecido várias vicissitudes. Procuraremos ainda analisar os elementos que a compunham, recorrendo aos fundos documentais da confraria, nomeadamente aos livros de atas, de receita e despesa e aos estatutos. A análise efetuada à procissão sanjoanina dá conta da vivência das festividades pelos seus promotores, porém não é possível através da documentação estudada conhecer toda a abrangência da festa, pois ela está limitada aos preparativos e às despesas que eram inerentes à procissão, assim como a outros aspetos laterais, que particularizam as vivências de um quotidiano marcado por conflitos e por escassez de dinheiro.

A procissão de São João era composta por uma componente religiosa e por outra profana, numa articulação que foi sendo torneada através dos séculos e que contou com a adesão crescente da população, tornando-se numa grande manifestação de fé, mas igualmente de distração e de sociabilidades. A cerimónia favoreceu ainda a divulgação do espaço de culto da paróquia de São João do Souto, proporcionou visibilidade à instituição promotora, mas também à cidade em que está inserida. Simultaneamente, contribuiu para aumentar a frequência dos sacramentos, ao serem disponibilizadas oportunidades aos fiéis de se interrelacionarem e de acederem a locais de culto.

2. A PROCISSÃO E OS FESTEJOS DE SÃO JOÃO

A cidade de Braga conhecia ao longo do ano a realização de várias festas, muitas delas organizadas pelo número elevado de confrarias existentes nas igrejas, capelas e ermidas. Para além destas instituições, a Câmara e pessoas particulares promoviam também festividades dentro do núcleo urbano. As celebrações fomentadas pelas confrarias estimulavam a intensificação dos fregueses em torno da igreja, ao mesmo tempo que os envolviam em práticas religiosas com a integração de motivos profanos, que potenciavam sociabilidades. Só na freguesia de São João do Souto existiam 15 confrarias ativas na segunda metade do século XVIII (Gomes, 2002, p. 129), o que significava um número robusto de festas. Na mesma altura, Braga contava com 87 confrarias ativas, fomentando imensas festividades anuais. Apesar do número elevado destas associações religiosas, não atingia, por exemplo, a densidade conhecida para a diocese de Santiago de Compostela para o mesmo período (González Lopo, 2014, p. 444).

A confraria de São João promovia várias festas ao longo do ano. A sanjoanina encontrava respaldo nos estatutos de 1652, sendo atribuída *aos Abades por ser orago da freguesia*, sendo realizada desde *tempo imemorável*, razão pela qual se ordenava a sua manutenção. Competia ao cabido, reunião da Mesa e Deputados,⁵ mandar celebrar uma missa cantada na véspera, a qual contava com a presença dos oficiais mesários⁶. Parcos em detalhes sobre esta manifestação festiva, os estatutos nada mais referiam, o que vai concorrer para interpretações e decisões várias e nem sempre consensuais. O facto de as normas não mencionarem a procissão, possibilitava aos irmãos agir de acordo com as possibilidades financeiras, com as vontades momentâneas e com as opções de gestão que não a priorizavam, levando a que em alguns momentos distintos não a realizassem.

⁵ Para além da Mesa, a confraria tinha ainda quatro deputados.

⁶ AISJSB, *Estatutos da Confraria...*, fl. 18.

No sentido de esclarecer dúvidas existentes sobre o pagamento das festas da Degolação e do Nascimento de São João, em maio de 1699, a Mesa resolveu que os abades da igreja apenas pagariam a procissão pública com música, vésperas, missa cantada e sermão da festa da Degolação, ficando a outra festa a ser paga pelos mesários⁷. Nessa data, os oficiais da Mesa acordaram, em função das dúvidas existentes sobre o pagamento feito pelos referidos clérigos e os próprios irmãos, que doravante os abades

[...] não fariam maes no dia do dito santo festa alguma mais do que a sua procissão publica como sempre costumava, e que tudo o mais que nela despendiam com musica, vesporas, e missa cantada e sermão per mudavam para o dia da degolação do dito santo [...]⁸.

Como se constata, existe uma mudança significativa nas festividades da confraria a São João a partir desta dada. Esta alteração vai marcar todo o século XVIII e, de alguma forma, teve implicações na composição da procissão. Os abades ficaram libertos de parte dos encargos que tinham, transitando a procissão da festa do nascimento de São João para os mesários.

A data mais antiga de que possuímos informação sobre a festividade remonta a 1642, altura em que a confraria celebrava já as duas festividades. São os livros de despesa que fornecem dados sobre a composição da festa e os gastos efetuados. No entanto, sabemos que desde pelo menos o século XV que em Braga se realizava uma festa a São João Batista.

Dias antes da festa a São João, a Mesa reunia para decidir se existia ou não procissão no dia 24 de junho. Estava em causa não somente o pagamento da procissão, mas também o cumprimento dos estatutos. Estas reuniões tratavam da preparação do desfile e das necessidades a resolver. Assim, começava-se por pedir autorização ao arcebispo para a sua realização, mandava-se reparar a imagem de São João⁹ e os andores, comprava-se e reformava-se a cera, definia-se o itinerário e tinha-se em atenção a indumentária dos irmãos, nomeadamente se as becas necessitavam de ser consertadas. Impunha-se uma representação digna, quer da confraria, quer de todos os intervenientes na festa, nomeadamente dos confrades, o que capitalizava poder para a instituição. A preparação da procissão exigia uma atenção detalhada em vários aspetos, desde logo o itinerário, porque a festa para além de comemorar

⁷ AISJSB, *Estatutos da Confraria...*, fl. 23.

⁸ AISJSB, *Estatutos da Confraria...*, fl. 18.

⁹ Em 1695, a imagem de São João necessitava de reforma «de encarnação e douramento», por se encontrar muito envelhecida, assim como de um resplendor de prata, por não o ter e usar um emprestado quando desfilava na procissão. AISJSB, Fundo da confraria de São João Batista, *Livro dos termos da Confraria de São João do Souto 1686-1759*, nº 218, fl. 20v.

o dia do nascimento do padroeiro da confraria, «ritualizava ocasiões de grande significado para as comunidades» (Barbosa, 2017, p. 50). Uma parte considerável da cidade estava envolvida na procissão, servindo-lhe de palco, razão pela qual o seu trajeto era motivo de consideração. Por ter sido através da procissão que a festividade ganhou maior expressão pública, foi conferido grande significado ao circuito percorrido. Este espaço foi sendo alterado e nem sempre o assunto foi consensual dentro da instituição¹⁰. Em 1695, a Mesa debateu a proposta do mordomo André Costa que consistia em manter o percurso que costumava fazer, ou seja, sair da igreja, tomar a rua de São Marcos, passar à rua dos Chãos de Cima, ir pelas ruas do Carvalho e do Carneiro, aceder ao Campo da Vinha e caminhar em direção à Fonte da Carcova, para percorrer a rua do Souto, passar à rua de São Miguel o Anjo, rua de Maximinos, (antiga rua dos Burgueses, até finais do século xv), praça do Pão, percorrer o entorno da Sé, aceder à rua de São João e entrar novamente na igreja de São João do Souto.

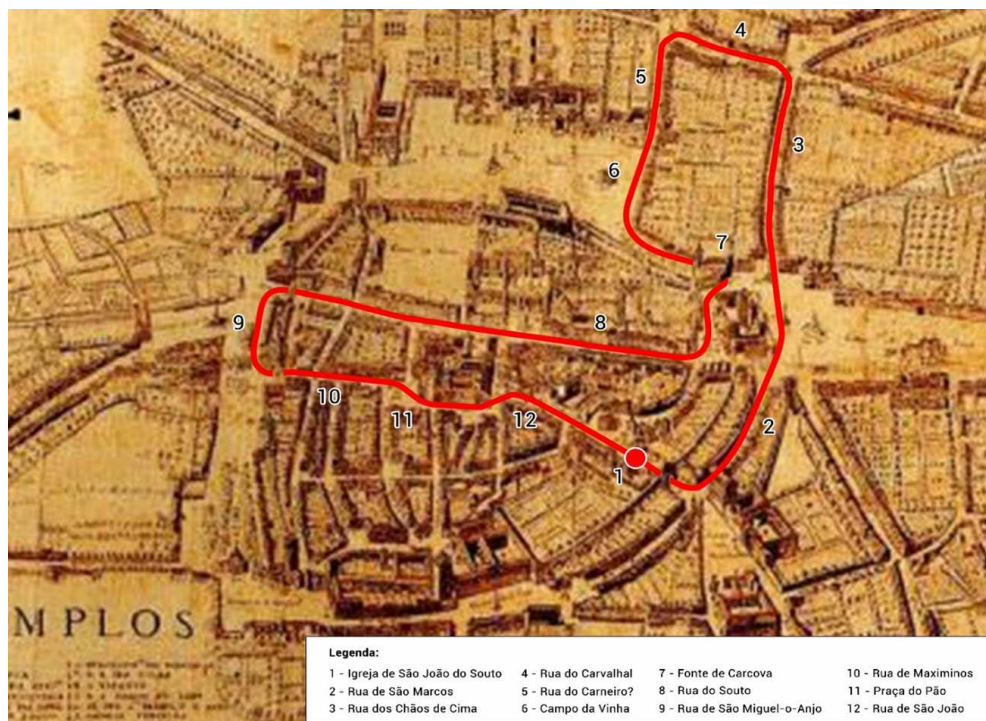


Figura 1. Itinerário da procissão em 1695. Fonte: *Mappa da Cidade de Braga Primas, 1755*, atribuído a André Soares, pertencente à Biblioteca da Ajuda (Lisboa)¹¹.

¹⁰ O espaço em que decorria a festa era de considerável relevância (Muir, 1997, p. 24).

¹¹ Agradeço a elaboração do circuito da procissão ao meu colega Prof. António Pereira.

Embora a menção que possuímos sobre o itinerário da procissão se refira a 1695, utilizamos o mapa atribuído a André Soares, de 1755, para o representar, devido à sua qualidade. Consideramos também que o percurso mencionado não deve ter sofrido muitas alterações entre finais do século XVII e meados do seguinte. O trajeto assinalado no mapa corporiza o itinerário da procissão e demonstra de que forma ela abarcava o centro da cidade, onde se encontravam localizados os principais edifícios e instituições religiosas e civis. Todo este espaço era objeto de higiene particular, devendo ser limpo antes da referida cerimónia pública¹². Muitas confrarias solicitavam aos moradores que limpassem o espaço adjacente às suas moradias e engalanassem portas e janelas, envolvendo-os na preparação do itinerário¹³. Como as restantes cidades europeias, Braga era na Idade Moderna uma cidade suja, com ruas e praças com detritos, animais mortos, lixo amontoado, conhecendo melhoramentos higiénicos apenas em períodos de epidemias ou de festas relevantes¹⁴.

A procissão de São João passava pelas artérias principais da freguesia, atingia o coração da cidade, percorria os espaços mais importantes, como era desfilar em frente ao Paço Arquiepiscopal e à Sé e regressava à sua igreja. Considerando que o desfile integrava os principais espaços da paróquia, o juiz colocou a proposta à votação, mas o surgimento do licenciado Alexandre Dias Rebelo veio perturbar a decisão. O referido confrade entendia que este não devia percorrer a rua dos Chãos, solicitando revogação do termo elaborado em 1685 que estipulava o périplo da procissão, tal como acima se assinalou. Apesar da mudança solicitada, as razões não foram relatadas, pelo que se desconhecem, mas a polémica estava instalada. O padre que servia de vedor¹⁵, manifestou-se a favor da manutenção do circuito assinalado, o que fazia extremar as posições. Para que a procissão se realizasse dois dias após esta reunião, o juiz suspendeu a alteração do percurso até à resolução dos embargos feitos¹⁶, o que significava que o assunto tinha transitado para instâncias superiores. O pragmatismo sobrepôs-se à contenda, aguardando-se o resultado da decisão do conflito, embora não nos tenha sido possível conhecê-lo.

Por diversos motivos, os conflitos foram frequentes nestas instituições (Mantecón Movellán, 1997, pp. 68-70). No caso em estudo, o circuito da procissão não era um assunto menor, se tivermos em consideração a representação simbólica das

¹² As cidades eram locais sujos e necessitavam de limpeza, principalmente em certas ocasiões. Sobre a falta de higiene das cidades modernas leia-se (Carmona García, 2021, pp. 99-105; Pérez Álvarez, 2009).

¹³ O mesmo é mencionado a propósito da procissão do Corpo de Deus de Granada em 1552 (Guadalupe Muñoz, 2007).

¹⁴ Leia-se a propósito Rodrigues (2022).

¹⁵ Mesário que tinha a seu cargo, entre outras funções, tratar das prosperidades da instituição.

¹⁶ AISJSB, *Livro dos termos...*, nº 218, fl. 22v.

pessoas que o integravam, assim como outras instituições e a própria confraria. Este era o momento mais alto das festividades realizadas ao santo, pelo que deveria ser bem pensado e as decisões consensualizadas.

Para além dos aspetos mencionados, há que considerar o espaço exterior, o qual se devia articular com o ambiente interior da igreja sede da confraria, que também sofria transformações para o dia da festa. Era na rua que o sagrado se oferecia aos crentes, através das imagens, dos andores, da música de coros e instrumental, mas também das figuras que desfilavam, das folias e das danças que se realizavam (Ferreira, 1997). Estes elementos participavam da festa, criando um imaginário festivo de uma Igreja grandiosa e apoteótica (García Bernal, 2008, p. 276), que se oferecia aos fiéis para aumentar a fé e deleite dos sentidos.

O percurso integrava a parte mais dinâmica da Braga Moderna, as ruas de maior movimentação e onde pulsava a vida económica, social e religiosa. Em muitas das artérias percorridas, as casas mais abastadas também engalanavam as suas varandas, colocando colchas.

Esta festividade foi sofrendo algumas alterações ao longo do século XVII, ao mesmo tempo que se conheceu um enorme crescimento, sobretudo na dobragem da centúria para setecentos.

Como se constata através das despesas elencadas no [Gráfico 1](#), a festividade era precedida de vésperas. Em 1642 despendia-se mais com as vésperas do que propriamente com a procissão, mas essa situação rapidamente se inverteu. Destaca-se

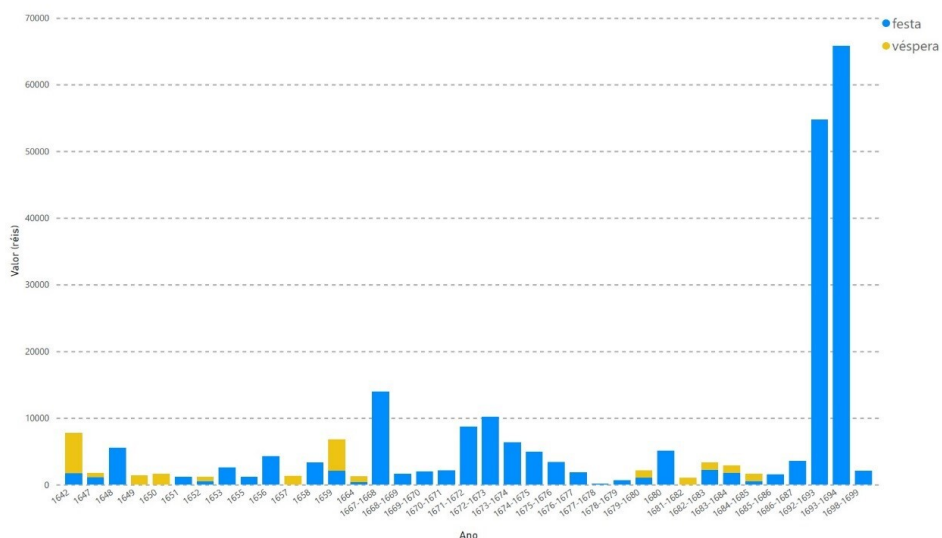


Gráfico 1. Despesa com a festa de São João (1642-1700). Fonte: AISJSB, Fundo da confraria de São João Batista, *Livro das despesas e recebido de São João do Souto, 1642-1696*, nº 226; *Livro da despesa da Confraria de São João do Souto, 1696-1772*, nº 229, fols. 1v-5v.

ainda que não existem informações para muitos anos, embora saibamos que as vésperas se continuavam a realizar. Os arquivos das confrarias colocam alguns problemas, uma vez que nem sempre preservam toda a documentação, existindo falta de livros e outros papéis, por se terem perdido. Mas este não é o único, a falta de uniformidade dos registos é visível em algumas delas, por os escritórios serem anuais e nem sempre adotarem as mesmas posições relativamente aos registos. Por exemplo, sobre as vésperas não existe muita informação nas fontes consultadas, embora saibamos que não eram celebradas apenas com atos religiosos. A cidade conhecia no dia 23 outras manifestações festivas de carácter lúdico, como eram, por exemplo, as touradas, ocorridas da parte de tarde, e o candeieiro (Ferreira, 2013, pp. 46-55).

Em 1646 as despesas da festa diziam respeito a missas que eram rezadas e a uma missa cantada, ao pagamento dos cantores e de instrumentistas, a instrumentos, nomeadamente a uma harpa, a hóstias, vinho e incenso, mas também a charamelas e a cera. A presença de instrumentos musicais na festa foi variando, pois em 1648 integrava para além das charamelas, trombetas e atabales, harpa e rabeca, ou seja, vários instrumentos de sopro e cordas. O mesmo sucedia com o número de músicos, havendo anos em que eram seis e outros em que se contaram oito. O volume de instrumentos e a presença de cantores são demonstrativos da importância da música na procissão e da forma como ela se foi afirmando ao longo do tempo.

Durante os anos da Guerra da Restauração, a situação financeira da instituição promotora não permitiu grandes gastos. A cidade foi muito afetada pela passagem de soldados para a linha fronteira do Alto Minho, bem como pelos feridos e feridos da frente de batalha, e a pobreza aumentou, como comprovam as esmolas entregues pela Misericórdia local. Essa situação refletiu-se nas instituições e na população. Porém, com o estabelecimento da paz entre Portugal e Espanha em 1668, a situação alterou-se profundamente e a década seguinte conheceu um maior investimento na festa. Realça-se, todavia, os anos de 1692-93 e 1693-94 como momentos excepcionais. As despesas incluíram junco para atapetar a igreja, cera, setor de maior gasto, tochas, andores, incenso, música de canto e de instrumentos e ainda a aquisição de outros bens necessários à armação dos andores, tornando-os polos de atração dos sentidos, como acontecia no barroco (Ferreira, 1966). A aromatização do ambiente foi também tida em consideração e, assim, para além do junco (Milheiro, 2003, p. 57), usou-se em alguns anos o pivete. O dispêndio com o junco foi crescendo, pois para além do dia da véspera e da festa, passou a ser usado de igual forma na novena, o que significa que durante nove dias a igreja era juncada, proporcionando um ambiente mais cuidado e aromatizado aos fiéis que participavam nos atos religiosos. Este acontecimento em torno do culto a São João incluía representações de imagens, objetos, danças, música, ornamentos e proporcionava um espetáculo a quem o observava, ao mesmo tempo que contribuía para manifestações de alegria e júbilo. Para além do seu carácter devocional, a festa era também diversão, composta por danças e bailes, corridas de touros e comida. Nela,

as iluminações desempenhavam igualmente um papel relevante, dando lugar à magia que as luzes proporcionam.

Embora o gráfico 2 diga respeito somente às despesas efetuadas pela confraria, sabemos que a Câmara também contribuía para os festejos e intervinha em várias atividades festivas sanjoaninas (Ferreira, 2013, pp. 41-42).

Como referimos, a confraria não estava obrigada à realização da festividade, mas ela existia e era suportada pela piedade e devoção dos que a serviam, ou seja, pelos mesários. Assim, tudo se alterava de acordo com as disponibilidades financeiras destes irmãos, razão pela qual em 1712 se referia ser esta realizada «huns anos com alguas dansas e outros sem ellas»¹⁷. A presença de danças na procissão foi temporariamente suspensa, alegando-se «motivos particulares e inconvenientes do serviço de Deos». A decisão acabou por ser anulada no dia seguinte, em nova reunião e na véspera da festa, o que significa que os mesários mudaram de posição e não dispensaram as danças. Aduzia-se agora falta de jurisdição para esta tomada de posição, e de uma «intrusa e violenta acção com que fui perturbado na presidencia da Mesa», queixava-se o juiz. Uma vez mais um conflito em torno da procissão e da sua composição (Mantecón Movelán, 2008). A suspensão das danças tinha sido solicitada por alguns mesários e devotos, que desejavam realizar a procissão apenas com a imagem do santo, tendo solicitado aos mordomos a referida imagem, andores e cera. Sabemos, que nessa altura a procissão incorporava várias danças, embora estas não fossem identificadas, todavia, algumas seriam as mesmas que saíam na procissão do *Corpus Christi* (Martínez Gil, 2002). O conflito tinha estalado entre os interessados e um membro da Corte Arcebispal, o que desagradou muito ao juiz, por considerar que deveria ter sido consultado o seu homólogo do ano transato para poder atestar a sua composição no ano anterior. Assim, ficou decidido efetuar a procissão, por sobre ela não existir impedimento¹⁸. Pese embora a realização da procissão, percebe-se a fricção entre o Paço Arquiepiscopal e a confraria, num assunto que se prendia com a composição do desfile processional, designadamente com elementos profanos, como eram as danças.

Em 1723, durante o mandato do juiz padre Agostinho Marques do Couto, cônego da Sé, as festas foram grandiosas e integraram no «cartel, caretas, procissam com tres bailes, hum passo de escriptura com seos carros, cavalarias em que correram os escriptaens do Auditorio Eclesiástico, e se correram touros. Nestas festas concorreo muito povo de fora a ver as festas»¹⁹. A presença de muita gente estava também relacionada com o facto de poder usufruir de diversões. Num período de

¹⁷ AISJSB, *Livro dos termos...*, nº 218, fl. 72.

¹⁸ AISJSB, *Livro dos termos...*, nº 218, fls. 72v-73.

¹⁹ Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo dos Manuscritos, *Diário Bracarense*, vol. II, nº 1055, fl. 94.

poucos recursos económicos e com os dias dedicados ao trabalho do campo, reservar algum tempo para distração era muito importante e as festividades atraíam muita população.

A festa era já marcada pelas corridas de touros, *gigantes* e bailes, mas igualmente por outros divertimentos e acontecimentos (Ferreira, 2013, pp. 41-57), mas ainda pela presença de muitos populares. A corrida de touros era efetuada na tarde do dia 23, antes das celebrações na Sé. Na procissão havia danças, bailes e cavalarias, ou seja, gente a cavalo, que no ano em apreço eram os escrivães do Tribunal Eclesiástico da cidade que montavam os animais.

Como se verifica, a procissão foi tema de discórdia e, por isso, esteve sujeita a muitas interrupções. Em 1728, os mesários decidiram não a realizar, por estarem divididos²⁰. A perturbação subiu de tom, novamente em 1748, quando o juiz da confraria, Lopo de Vasconcelos Abreu e Lima, estava na cidade e não a visitou nem mesmo depois de ter sido avisado para ir tratar da procissão. No início da interação com os irmãos, referiu oralmente, não estar interessado, deixando as medidas a tomar para a Mesa, todavia, perante uma carta enviada pelo órgão gestor, formalizando o assunto, o que supostamente lhe conferia maior autoridade, respondeu com igual formalidade, desta feita considerada com deslustre e desonra, o que levou os mesários, perante o que consideraram ser uma desconsideração e outras palavras, que prudentemente não foram mencionadas, a expulsá-lo²¹. Excluir um irmão era algo muito grave e, normalmente, acontecia após várias tropelias e admoestações. Retirar do corpo dos irmãos e do lugar mais importante, como era o do juiz, era inusitado e raramente acontecia, pelo que significava em termos pessoais, institucionais e sociais. Os irmãos tomaram a decisão não pelo que invocaram, mas, talvez, pelo que ficou em silêncio e que seria, provavelmente, mais grave.

A Mesa podia funcionar sem juiz, pois estava previsto que na sua ausência, o escrivão assumiria a presidência. Também em caso de morte ou de escusa seria eleito outro ou solicitar-se-ia ao do ano anterior para ocupar o lugar²².

Para realizar a procissão, a Mesa tinha de ser autorizada pelo arcebispo, como se constata em 1745, quando três meses antes se lhe solicitou permissão para a imagem do santo sair em procissão²³. Apesar da conflitualidade, os festejos cresciam em importância, integrando não somente as pessoas da cidade, dos diversos grupos sociais, como das redondezas, originando uma grande festa.

Em 1750, a Mesa

²⁰ AISJSB, *Livro dos termos...*, nº 218, fl. 120v.

²¹ AISJSB, *Livro dos termos...*, nº 218, fl. 201.

²² AISJSB, *Estatuto da Confraria...*, fls. 5v., 9.

²³ AISJSB, *Livro dos termos...*, nº 218, fls. 170v., 179.

[...] fez hua excelente procissam em louvor do seo nascimento com varios andores de boa composiçã em que hia hum muito grandioso de São Miguel por modo de carroça puxado a mam. Nesta procissam foram muitas danças, bailes e contradanças. Concorreu muita Nobreza, e concurso das Villas circunvesinhas para ver este festejo em qual nam houve mascaras avulsas e para impedir os distúrbios, e prender os mascarados vieram soldados de fora. Foi Juiz deste festejo D. Miguel José de Sousa Montenegro, Deam de Braga, o qual no Campo da Vinha mandou fazer so a suas expensas hum grandioso cerco de trincheiras no meio do qual estava hua cozinha na qual se assou hum boi inteiro, cheio por dentro de varias recheados de galinhas, coelhos, patos, entre outros. Dentro do cerco estava hum vistoso chafariz deitando hum gostozo vinho da outra parte hua prateleira piramidal cheia de pratos de barro de prado, e de frente outra igual prateleira cheia de paens de trigo [...] Assado o boi se trinchou em pedaços, e se repartio a gente plevea a som de toque de clarins, charamelas, e atabales, que estavam postos nos quatro angullos do cerco em lugares altos tocando os ditos instrumentos. Levou cada pessoa, hum prato de carne, vazo de vinho, e hum pam de trigo. Juntou-se muito povo a ver a distribuição, festividade nunca vista em Braga a qual se fez na tarde de 25, deste mez que se gastou muito dinheiro [...] e se fizeram varias sátiras²⁴.

A repartição de comida aos populares de forma gratuita assume um cariz de um bodo, embora estes estivessem proibidos, com exceção dos ocorridos em torno das festividades do Espírito Santo (Penteado, 1995, pp. 37-39). A distribuição da carne foi ainda acompanhada por música e decorreu no dia 25, o que significa que a festa se estendia por mais um dia, ou seja, tinha já a duração de três dias. Chama-se ainda a atenção para a abundância de comida, que chegava a ser lavada para casa por cada um dos presentes, a realização de sátiras e a necessidade de controlar os infratores, através da presença de soldados. Como sempre acontecia, estes eram momentos de desvarios e excessos, punidos pelas forças de segurança. Grandeza, ostentação, deslumbramento são palavras adequadas à manifestação ocorrida no dia 25, em meados de setecentos.

A forma como a confraria retomou o seu normal funcionamento, após o incidente com o juiz em 1748, não foi dada a conhecer, mas pressupomos ter o cargo sido preenchido por outro confrade, mormente admitirmos também a possibilidade de funcionar sem este mesário, o que se verificou em 1754. Nesse ano, a instituição funcionou sem juiz, por o eleito ter recusado o cargo, o que acontecia, por vezes, nestas instituições. O Definitório também não existia e a Mesa era composta somente por seis membros, quando deviam ser 11. Os estatutos previam a existência de um juiz, e um escrivão, ambos irmãos nobres, ou cidadãos, um letrado para exercer o cargo de vedor da fazenda, dois Mordomos e um procurador de menor condição. O Definitório era formado por cinco irmãos²⁵. Se o prescrito aponta para

²⁴ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Diário Bracarense*, vol. II, nº 1055, fls. 356v-357.

²⁵ AISJSB, *Estatuto da Confraria...*, fl. 7.

um funcionamento harmonioso e concordante com as normas, a prática mostra o desajuste e a adaptação da instituição à realidade do momento.

Em 1755, com a reforma dos estatutos, a festa sofreu alterações, no que respeita ao seu pagamento, tendo ficado estabelecido que

[...] A festa do dia do Nascimento de São João Baptista pello que respeita a missa cantada, sermão, armação, muzica, e mais aceyo da igreja desde o tempo da ereção desta freguezia de São João de Souto foy sempre da obrigação dos reverendos Abbades della por ser o ditto sancto o orago da sua igreja. Porem foy tambem sempre costume fazersse na manhã do mesmo huma procissão pelas ruas desta cidade com a imagem do ditto sancto acompanhada pellos confrades com mais ou menos solemnidade conforme a mayor ou menos devoção do juiz, e mais pessoas de meza da confraria por conta dos quoaais se fez a despeza da ditta procissão; e assim queremos que para o futuro se observe ficando cada hum cumprindo com a sua obrigação [...]²⁶.

Porém, e tendo em consideração os custos, admitia-se que a despesa da procissão fosse dividida em quatro partes, duas pagas pelo juiz, uma pelo escrivão e vedor, os vedores meia parte e a outra meia os deputados, o tesoureiro e o procurador²⁷. Divididos desta forma, os gastos deixavam de onerar os abades e repartiam-se pela Mesa e Definitório, sendo certo que nem todos pagavam de forma igualitária. O juiz era o maior contribuinte da procissão, motivo responsável por em certas ocasiões não haver ninguém que desejasse ocupar o lugar, funcionando o órgão sem ele. Desta forma, cada um sabia a sua contribuição e não havia espaço para arbitrariedades. Repartir as despesas da festa principal pelos mesários era uma prática seguida em muitas confrarias da cidade, pelo que não constitui singularidade e demonstra uma forma de suporte financeiro à maior representação festiva.

O Gráfico 2 separa as despesas da festa, das realizadas com a novena e com a da celebração de vésperas. Infelizmente, a escassez de informação não nos permite aceder às despesas de todos os anos, pelo que para vários deles apenas recolhemos dados referentes à novena, às vésperas e à festa de forma isolada. Fica, no entanto, claro que as despesas foram aumentando à medida que a centúria avançava, mas que conheciam um limite máximo de despesa, que era o de 12.000 réis. Frente à dificuldade que os mesários tinham de ser substituídos, mantinham-se no lugar, mas recusavam assumir novamente as despesas inerentes à procissão, pelo que a confraria teve que, em data por nós desconhecida, pagar a referida despesa, limitando-a ao montante acima mencionado. Sabemos, no entanto, que esta modalidade oscilou com o pagamento dos mesários, cumprindo-se o configurado nos estatutos.

²⁶ AISJSB, Fundo da confraria de São João Batista, *Estatutos da confraria de S. João do Souto da cidade de Braga feitos com reforma dos antigos no anno de 1755*, fl. 24.

²⁷ AISJSB, *Estatutos da confraria de S. João...*, fl. 24v.

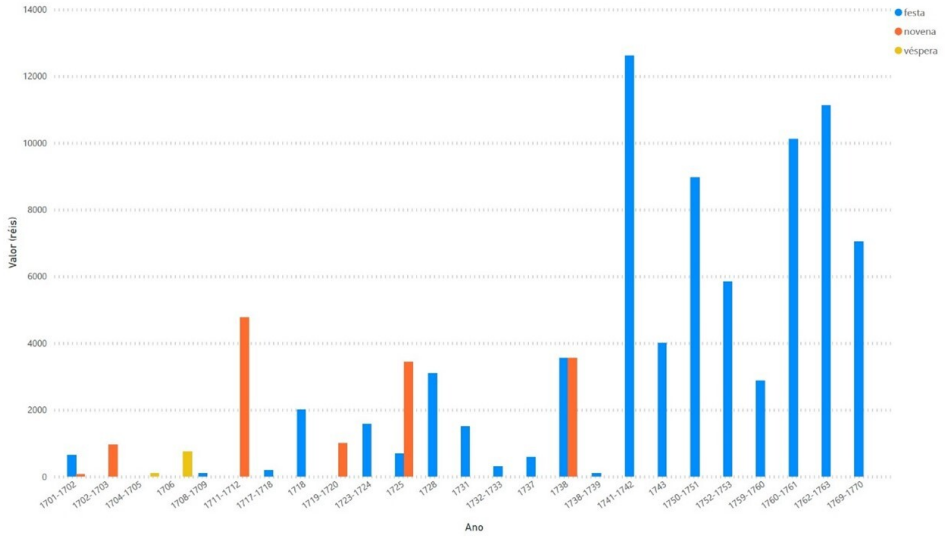


Gráfico 2. Despesas com a festa de São João (1701-1770): vésperas, novena e festa. AISJSB, *Livro da despesa da confraria de São João do Souto 1696-1772*, nº 229.

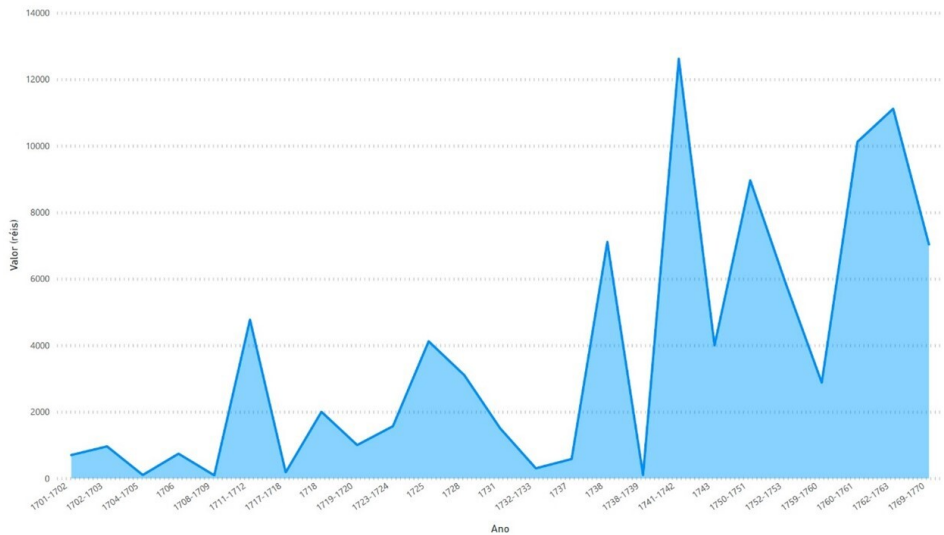


Gráfico 3. Despesas com a festa de São João (1701-1770). AISJSB, *Livro da despesa da confraria de São João do Souto 1696-1772*, nº 229.

O **Gráfico 3** integra as despesas totais da confraria com a festa de São João nas datas enunciadas e demonstra o seu crescimento a partir da década de 40 de setecentos. Pese embora a carência de dados para todos os anos, como já mencionámos, os gastos parecem contidos no montante referido nos estatutos, extravasando esse limite apenas em um momento.

Nessa altura, a procissão era um ato muito agregador, «festejado e aplaudido pelo pobo bracarense», ou seja, fazia-o sair à rua e participar numa festividade memorável. Braga tinha-se transformado com a vinda dos arcebispos príncipes D. José de Bragança 1741-1756 e D. Gaspar de Bragança 1758-1789, criando e desenvolvendo manifestações públicas de grande envergadura (Milheiro, 2003, p. 65), como a procissão de São João. Para além da população da cidade, a festa atraía muitos outros fiéis das vilas e aldeias vizinhas, tornando-se num ritual agregador. A confraria acrescentava nos seus estatutos que nenhum mesário era coagido a pagamento e que para atrair novos irmãos ao trabalho de gestão, logo que a instituição atingisse mais de 200 mil réis de fundo, as despesas da festa da Degolação passavam a ser da sua responsabilidade²⁸. Desta forma, aliviavam-se os mesários de arcar com a despesa de duas festas, procurando-se atrair mais irmãos para o desempenho dos lugares da Mesa.

Apesar do estabelecido nos estatutos, em 1756 a confraria decidiu fazer a festa apenas dentro da igreja, com sermões e música, sem qualquer manifestação de rua, como era costume. As razões não foram explicadas, mas a falta de investimento dos mesários pode ter sido um motivo plausível para a singeleza enunciada. Uma outra hipótese pode estar associada ao começo da guerra dos Sete Anos, conflito em que Portugal esteve também envolvido. Passados cinco anos, a procissão regressou ao normal e saiu com quatro andores e com a presença de irmãos e público. Não foram identificados, mas sabemos que seriam os de São João, Santa Isabel, São Zacarias, como era costume, assinalando-se também que em alguns anos integrou o de São Cristóvão e ainda o de Santa Maria Madalena²⁹. A instituição empenhava-se em engrandecer a realização, mandando aviso aos irmãos para se manterem assíduos e apresentarem-se com as suas becas, o que conferia sentido de pertença e corpo. Ao mesmo tempo, os mesários mandaram adquirir mais quatro veneras de prata para que todos os que desfilavam na procissão as pudessem envergar nas suas becas³⁰. Pormenores de distinção eram usados por algumas confrarias da cidade nas becas dos mesários, publicitando o poder do mando, como acontecia, por exemplo, na

²⁸ AISJSB, *Estatutos da confraria de S. João...*, fl. 25.

²⁹ Em 1752 a confraria debateu em Mesa a assistência da imagem de Santa Madalena na procissão, tendo resolvido ir buscá-la e levá-la à capela de São João da Ponte, para onde viria do Monte da Falperra. AISJSB, *Livro dos termos...*, nº 218, fl. 24ov.

³⁰ AISJSB, *Livro dos termos...*, nº 218, fl. 252v.

Misericórdia. Também o clero devia marcar presença, envergando as sobrepelizes³¹. Exigia-se mais formalidade e o engrandecimento do ato fazia-se em várias frentes: com a presença de andores, música instrumental, baile do Rei David, exercícios de cavalaria, fogo-de-artifício, presença de irmãos e de muitos populares, sacerdotes e iluminação de alguns edifícios.

Em 1745, a sumptuosidade da procissão ficou assinalada pelos «(...) belos bai-les, na qual se virão competir a profusão e sumptuosidade. Esteve de noite iluminado o Palacio de Sua Alteza Serenissima seguirão se fogos de artifício, cavalarias, exercícios e varios festejos (...)»³². Símbolo da Igreja Bracarense, o palácio arqui-episcopal assumia relevo ao ser iluminado num dia especial para a cidade. Braga ia-se entregando às festas sanjoaninas, e a grandeza ia também aumentando, sendo convocada a cavalaria para exercícios equestres.

Em quase toda a década de 60, as menções à procissão escasseiam, referindo-se somente em 1763 que se realizava «a custa da renda do mesmo santo», ou seja, à custa dos rendimentos da confraria. Apesar dos lamentos da instituição, em 1764 a instituição possuía um saldo positivo de 111.246 réis (Gomes, 2002, p. 149). Porém, o discurso sobre a festividade esclarecia sobre a vontade de elevar a sua sumptuosidade, devendo ser realizada com esmero e asseio, mas igualmente com muitos clérigos. Eram eles que acompanhavam os andores. No fim da procissão desfilava a dança do Rei David e os músicos que a acompanhavam, ao que se acrescenta «os gigantes», em 1772³³. A primeira menção que possuímos sobre a presença do Rei David é de 1769, embora pensemos que esta dança já integrava o desfile antes. Neste ano, foi referido que a procissão devia finalizar com música instrumental, como nos anos anteceden-tes, ou com a dança do Rei David, ficando ao arbítrio dos mesários. Sugere-se que a referida dança não era ainda permanente na procissão, havendo anos em que a integrava e outros não. Num momento em que a cidade vivia uma grande epidemia de tifo (Araújo, 2020), os mesários preocupavam-se com a limpeza das ruas por onde passava a procissão, sublinhando que se realizasse com o maior asseio.

Desconhecemos desde quando foram introduzidos os «gigantones». Esta forma de diversão era usual nas festas religiosas, como se verificou nas de Ponte de Lima (Barbosa, 2017, pp. 333-342). Figuras de grande dimensão, «os gigantes», como também eram frequentemente chamados, conferiam um aspeto lúdico à procissão, por dançarem e interagirem com a população, mas também por estarem, de alguma forma, associadas ao colorido e à diversão. Sujeitas a várias interpretações, estas figuras abrilhantavam as festas e correspondiam à diversão que muitos procuravam nesses momentos. Em Braga, estão documentados em festejos realiza-

³¹ AISJSB, Fundo da confraria de São João Batista, *Livro dos acórdãos da Confraria do Glorioso São João Batista 1760-1803*, nº 116, fl. 7v.

³² AISJSB, *Livro de despesa...*, fl. 90v.

³³ AISJSB, *Livro dos acórdãos...*, fls. 45, 54v.

dos no século xvi, embora se desconheça desde quando integravam os de São João. Por se tratar de um elemento profano que causava divertimento, passados dois anos, a Mesa reunida em agosto para preparar a festa da Degolação, que também integrava essas figuras, decidiu que, no futuro, elas não incorporariam as procissões, por causarem «escândalo e risco». Acreditamos que surgissem manifestações de agrado e diversão na passagem dos «gigantones» e isso não agradasse à Igreja bracarense, porém seria um elemento potenciador de atração, tal como o carro das ervas, mencionado nas fontes, em 1775. Este carro figurava na procissão e teria como propósito tornar o ar mais agradável e o ambiente festivo mais puro e menos malcheiroso. Não ignoramos que a cidade, à semelhança de todas as outras, estava suja e de que nestes momentos, devido à presença de muita gente, se apresentava ainda pior. Na ocasião, sublinhava-se novamente a necessidade de limpeza e asseio, ao mesmo tempo que se imputavam responsabilidades aos mordomos, que deviam concorrer com tudo o que fosse necessário para a festividade.

Quer as festas do calendário litúrgico, quer as realizadas em termos pessoais ou por instituições seculares para além de cumprirem o seu objetivo específico, constituíam, de igual forma, uma manifestação de poder. No caso em apreço, revertia em favor dos promotores, ou seja, da confraria, isto é, dos irmãos, mas igualmente da igreja onde esta estava sediada. O poder de concretizar, de organizar, de disciplinar, designadamente os irmãos, mas também, por exemplo, os sacerdotes, de disponibilizar uma festividade grandiosa e atrativa capitalizava prestígio para a confraria e refletia a sua capacidade de organizar cerimónias que levavam o nome da cidade para fora das suas muralhas. Esperava-se o cumprimento de regras, dos costumes e de obediência e respeito ao sagrado (Gouveia, 1993, pp. 291-293).

Com a integração de novos elementos na procissão, o desfile tornou-se maior e mais esplendoroso, convocando mais fiéis para a assistência. Foi, então, necessário reorganizar a procissão, determinando-se em 1779 que não houvesse bailes durante o percurso, embora desfilassem conjuntamente com todos os outros elementos. Só após esta ter recolhido à igreja, era permitido que os dançarinos percorressem o mesmo itinerário e dançassem em locais determinados. Esta decisão foi justificada com o prolongamento da procissão, embora não se identifique o tempo que ela durava.

Embora os «gigantes» tenham sido retirados em 1774, eles regressaram à procissão passados seis anos, substituindo os «gigantes antigos». Os «modernos», agora a usar, foram adquiridos de novo, o que significava que tinham sido mandadas construir novas figuras. As alterações não se limitaram apenas a este apontamento: o andor de São Cristóvão foi suprimido para figurarem somente três e em lugar do Rei David foi integrada uma orquestra de música, para abrilhantar a festa³⁴. Percebe-se que o Rei David não era presença constante, assim como oscilava o

³⁴ AISJSB, *Livro dos acórdãos...*, fls. 82v., 87v.

número de andores que desfilavam. As figuras vestidas, que tocavam e dançavam, ofereciam um espetáculo aos que assistiam à procissão. Acreditamos que para além do crescimento, a procissão passava por uma fase de reestruturação, o que implicou a saída e entrada de novos elementos. Pretendia-se, no entanto, uma festa grandiosa, a melhor que se pudesse realizar. Pompa era a palavra usada para definir o que se desejava em 1783, quando se determinou novamente a introdução da dança do Rei David, agora não apenas com um baile, mas com dois e, ao mesmo tempo, se fizesse «folia»³⁵. Assume-se a componente lúdica como parte importante da procissão e da festa, numa altura em que os mesários voltaram a pagá-la. Esta mudança potenciou o aumento dos gastos, de acordo com a vontade dos mesários. Ao abrilhantarem a procissão com mais elementos, esta ganhava magnificência, embora ficasse mais dispendiosa. Simultaneamente, sublinhava de forma reiterada o desempenho dos organizadores e promotores. Eram ganhos simbólicos para os mesários, que no momento a podiam suportar financeiramente. Mas a breve trecho, os irmãos decidiram não realizar a procissão, embora não aduzissem razões. Estamos em crer que a medida tomada em 1785, que visava a entrega de 300 mil réis pela confraria para a despesa da festa e da assunção da restante despesa pelos mesários, não foi atendida todos os anos, talvez por aqueles não aceitarem tal obrigação³⁶. Também desconhecemos se esta medida se efetivou, porquanto o gráfico com as despesas não aponta para estes números.

As sucessivas alterações, quer na temporalidade dos festejos, quer na sua composição, demonstram a mudança de posições, mas também o crescimento e a consequente subida das despesas. Tudo dependia da capacidade financeira da instituição e dos mesários, num período em que se registava um aumento da inflação. E foi essa a razão que em 1787 fez regressar os bailes e as galhofas³⁷ à procissão, desde que todos concorressem para as despesas. Apesar da necessidade de disponibilidade de dinheiro não se compaginar com mais despesas, apelava-se à participação coletiva, para satisfazer um público cada vez mais numeroso e carente de distrações e folias. A confraria tinha noção de que se tornava mais atrativa se fosse ao encontro das expectativas dos fiéis, num tempo em que começavam a surgir novas sociabilidade na cidade.

Em 1790, a procissão integrava um boi bento, animal já presente na procissão de 1699 (Ferreira, 2013, p. 53) e que deveria cumprir funções semelhantes ao das *vacas das cordas*, ainda presente em algumas festas populares nos nossos dias. Em certas localidades, este animal percorria as ruas com a cabeça enfeitada com fitas de cores fortes e, por vezes, com ramos verdes, o que conferia assinalável colorido

³⁵ Ostentação significava riqueza e pompa, pelo que requeriam momentos marcantes e de grande ostentação (Marques, 2000, p. 480).

³⁶ AISJSB, *Livro dos acórdãos...*, fls. 115v., 118.

³⁷ Estrondo e alegria (Bluteau, 1712-1728, p. 71).

ao acontecimento e criava grande divertimento aos que observavam e participavam nos festejos. Nessa data, o boi bento abria a procissão, seguido do carro das ervas e algumas cruces que vinham da rua de Cruz de Pedra³⁸. O desfile integrava ainda alguns cantores que atuavam ao longo do percurso. Seguiu-se o Rei David com as figuras e os andores de São João, Santa Isabel e São Zacarias, sendo o do padroeiro carregado por clérigos³⁹.

Talvez por sentir a presença de um número menor de irmãos no ano anterior, em 1792 a Mesa insistiu em convidar os confrades para que o seu número fosse mais volumoso, aumentando assim a pompa. Desde há muito que o órgão diretivo constata a falta dos confrades na procissão, como se verificou algumas décadas antes. Os confrades deviam integrar a procissão com velas nas mãos, cera oferecida pela confraria e distribuída por uma ou mais mulheres antes da cerimónia começar. Porém, estes faltavam, havendo muitas desordens e sobretudo escândalo para os que a presenciavam. Como estava em causa o crédito da instituição, os mesários procuravam agregar o maior número de fiéis para não ser indecoroso, como se verificou em 1730. Perante as ausências, a instituição decidiu condenar todos os faltosos com o pagamento de uma libra de cera⁴⁰. Esta era igualmente uma tendência conhecida por todas as congéneres. Faltar aos enterros, às procissões e aos peditórios era corrente nestas instituições, o que normalmente era considerado como um escândalo, por colocar a descoberto os desalinhamentos e desentendimentos internos. Os mesários e os restantes irmãos prevaricavam amiudadamente, demonstrando dar pouca relevância às multas que lhes eram aplicadas ou mesmo à expulsão (Pereira, 2008, pp. 56-57).

A presença de um carro das ervas era comum em várias festividades. Em Braga, a procissão do *Corpus Christi* incorporava um desses carros, composto por junco e espadanas, que seriam lançadas no terreiro de São Sebastião (Costa, 2006, p. 222).

Os andores que integravam a procissão eram armados por armadores da cidade, após seleção decorrente da abertura de um concurso pela confraria. António José Pereira Rato arrematou os três andores em 1793, pela quantia de 5.400 réis, obrigando-se a orná-los com grandeza, «tudo ou novo ou muito fresco». Se não apresentasse os andores com as exigências que lhe eram colocadas, não seria pago. Também nesse ano, Carlos António, João Correia e Tomé Francisco venceram o concurso para as danças do Rei David, com a obrigação de apresentar 15 figuras cuidadosamente vestidas. A confraria pagava-lhes para o efeito 200 mil réis⁴¹. Como se comprova, a participação dos mesários era fundamental para que a procissão saísse. Sem o seu dinheiro, o desfile seria muito mais simples e pobre. Ao mesmo

³⁸ Artéria da freguesia de Maximinos.

³⁹ AISJSB, *Livro dos acórdãos...*, fls. 146, 147.

⁴⁰ AISJSB, *Livro dos termos...*, nº 218, fl. 125v.

⁴¹ AISJSB, *Livro dos acórdãos...*, fl. 158.

tempo que se conhecem pormenores da procissão, a documentação possibilita aceder também aos armadores da cidade, dando-nos a conhecer uma profissão muito pouco trabalhada pela historiografia nacional e a descoberto para Braga.

As preocupações com as despesas da festa rebentaram novamente em finais do século XVIII, quando os mesários se queixaram de já terem pago a festa e decidiram em 1797 que se realizasse a expensas da confraria, não podendo os gastos exceder 12 mil réis. Este montante destinava-se a pagar os andores e quem os conduzisse, o carro das ervas, o boi bento e os tambores. Outras despesas seriam da responsabilidade dos mesários. Na eventualidade de não desejarem arcar com elas, eram obrigados a contribuir para o casco da confraria, que seria composto por 28.800 réis⁴². Em período de graves crises alimentares e de muitas doenças na cidade, de forma direta ou indireta, a confraria chamava os mesários a participarem a festividade. As preocupações não se sentiam apenas nesta instituição, uma vez que todas as congéneres da cidade passavam por apertos financeiros e muitas, com poucos irmãos, fundem-se com outras ou encerram as suas atividades. O movimento de fusão não era novo, mas acelerou-se em setecentos e cresceu nos finais da centúria, fruto da grave crise económica, mas também dos avanços da secularização (Ferraz, 2014, p. 90). A grave inflação que se conhecia, o endividamento das famílias, o surgimento de outros círculos de sociabilidade e o menor peso da religião refletiam-se nestas instituições e denunciavam a sua menor atratividade.

Passados dois anos, a Mesa reforçou a organização da festa, sublinhando em ata a forma como devia desfilar a procissão. A formalidade ficou na memória escrita, de modo a proceder-se de acordo com o estipulado: o carro das ervas abria o desfile, seguia o boi bento, quatro tambores e dois clarins, os andores, que deviam apresentar-se «magníficos e atraentes», a música instrumental da cavalaria, devendo ir tocando ao longo dela, e, por fim, os confrades com tochas acesas⁴³. Não se alude a bailes, mas sabemos que continuavam a fazer parte do repertório da procissão. Esta preocupação com a organização levava a Mesa a reunir-se mais do que uma vez para tratar de todos os pormenores, o que envolvia decisões e vários irmãos para satisfazer as necessidades logísticas. A festa realizava-se para ser fruída pelos crentes e constituía um momento aglutinador (Araújo, 2008, p. 232).

E assim, em 1800, os mesários que estavam a servir pelo segundo ano consecutivo, por não haver que quisesse ocupar o lugar, devido ao pagamento da festa, decidiram não pagar mais, pelo que acordaram gastar até 12 mil réis do fundo da confraria, conforme estabelecido nos estatutos⁴⁴. A despesa pesava nos bolsos dos mesários, e estes procuravam proteger-se, remetendo para a instituição os gastos

⁴² AISJSB, *Livro dos acórdãos...*, fl. 180.

⁴³ AISJSB, *Livro dos acórdãos...*, fl. 186v.

⁴⁴ AISJSB, *Livro dos acórdãos...*, fl. 192v.

inerentes à festividade, ficando obrigados a contê-los no montante disponível, o que reiteradamente não acontecia.

No início do século XIX, as informações sobre a procissão aumentam e em 1804 somos informados de que esta saía de madrugada, pelas 5 horas da manhã, devendo os armadores dos andores, da igreja e figuras, ter tudo pronto entre as 4 e as 5h da madrugada. O armador Leandro José Campelo ganhou o concurso dos andores de São Zacarias, de Santa Isabel e de São João, entre 1804 e 1812. Já o armador José António da Rocha tinha de apresentar 17 homens com becas para conduzir os andores, três cruces, o carro das ervas com junco e espadanas e o boi bento, pagando-se-lhe 4.440 réis. Em 1804, os andores já não eram transportados por clérigos, mas por homens seculares. Os dois armadores ficaram ainda encarregues de apresentar seis pastores, vestidos com guarnições, cajados e a figura do Menino, somando mais José António da Rocha 3.600 réis e o outro armador 5.800 réis⁴⁵. No ano seguinte, temos conhecimento de que a dança do Rei David incluía 13 figuras vestidas «a trágica» e seis pastores: três pastores e três pastoras e um Menino que representava São João, devendo ostentar grandeza e eficiência.

Embora a procissão se fosse realizando ao longo dos anos das invasões francesas, pese embora não exista informação para 1809⁴⁶, sabemos que em alguns anos da primeira década de oitocentos, a confraria não teve juiz, por não existir quem se disponibilizasse a ocupar o lugar. Com os mesários em 1812 no seu terceiro mandato consecutivo, nesse ano a festividade foi ajustada pelo montante permitido nos estatutos, ou seja, por 12 mil réis⁴⁷. A despesa era assumida pela confraria e com este limite procurava-se igualar a cerimónia às disponibilidades financeiras da instituição, embora não satisfizesse as expectativas da população, que desejava uma festa grandiosa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A festa de São João integrou um programa rico de festividades que ocorriam anualmente na Braga Moderna. Para além das festas seculares, particulares ou públicas, a cidade contava com um volumoso número de festas religiosas, muitas delas promovidas por confrarias ao seu santo padroeiro. Sublinhe-se, todavia, que estas instituições alargavam o seu número de festividades a outras invocações para

⁴⁵ AISJSB, Fundo da confraria de São João Batista, *Livro dos termos da confraria de São João do Souto 1804-1835*, nº 220, fl. 2.

⁴⁶ Provavelmente não se realizou neste ano, como aconteceu com a procissão do *Ecce Homo*, que também foi cancelada. A cidade estava tomada de franceses e não havia paz para manifestações públicas religiosas, como eram as referidas (Matos, 2000).

⁴⁷ AISJSB, *Livro dos termos da confraria...*, nº 220, fls. 4v., 7, 9v., 12v., 20, 22, 22v.

além do padroeiro, o que significava uma intensa realização festiva. É também nesta perspetiva que a festa a São João deve ser analisada, pois a confraria da mesma invocação celebrou mais outra ao seu patrono, a da Degolação, que no momento não analisamos. Promovia e integrava ainda outras manifestações festivas de carácter religioso, ao longo do calendário litúrgico.

A análise efetuada à procissão sanjoanina dá conta de uma realidade em crescimento ao longo da Idade Moderna e das dificuldades e conflitos que lhe foram inerentes. Embora só tenhamos tido acesso a fontes desde o século XVII, sabemos que já nos séculos anteriores no dia do nascimento de São João Batista se realizava nesta confraria uma procissão, como demonstram as atas de vereação da Câmara de Braga, estudadas por Rui Ferreira.

Preparada com antecedência, a festa surgia em dois dias, 23 e 24 de junho, com vésperas e dia festivo, conferindo-se menos visibilidade ao dia 23 do que ao seguinte, data em que a procissão saía na madrugada e aglomerava muitos fiéis, não somente pela fé que os movia, mas também pelas sociabilidades que lhes eram possibilitadas, com momentos mais lúdicos. Refira-se, aliás, que no dia 23 existiam momentos profanos, dedicados aos populares, como acontecia com as touradas e outras ocorrências.

Uma das evidências deste trabalho prende-se com os elementos que compunham a procissão, mas o itinerário a percorrer era também importante e, por isso, integrou as preocupações dos mesários. Estes irmãos reuniam-se antes da procissão para preparar a sua organização e em muitos anos atenderam também ao seu pagamento, uma vez que lhes dizia diretamente respeito. Se inicialmente a procissão era paga pelo abade da paróquia, passou depois a ser assumida pelos mesários. Por se verificar em vários anos que não havia quem quisesse ser eleito para a Mesa e haver falta de um juiz que a presidisse, este órgão gestor prolongou-se na governação, mas repudiou pagar a festa em anos consecutivos, pelo que a confraria não desejando que as cerimónias terminassem, acedeu a disponibilizar o pagamento de 12 mil réis anuais.

À semelhança de outras instituições, os irmãos não pretendiam ocupar os lugares do mando devido às despesas da festa, o que levou à diminuição dos gastos, e quando isso não ocorreu, à falta de interessados. Pese embora as dificuldades, em tempo barroco e de crescimento de interesse pelas manifestações religiosas e profanas que a festividade oferecia, a procissão cresceu em magnificência e afirmação, ganhando muitos adeptos da cidade e de fora dela, apesar dos conflitos que foi conhecendo. Os dias 23 e 24 eram preenchidos com um programa variado, composto por corridas de touro, por outras corridas de animais, por danças (Rei David) e outras, por galhofas, pelo carro das ervas, por música de coros e instrumental, por «gigantes», pastores, Menino, andores, iluminações com luminárias e outras formas de conferir luminosidade e ainda por fogo-de-artifício. Nem sempre os elementos referidos constavam da procissão. Houve anos em que não integrou

as referidas figuras e noutros as danças foram em número mais reduzido, podendo também não incluir a do Rei David, ou seja, o programa ia sofrendo alterações, de acordo com as disponibilidades financeiras, mas também com as determinações da Igreja bracarense e com as opções dos gestores.

Nestas festividades não estava envolvida somente a confraria de São João do Souto, pois a Câmara também se associava, arcando com parte das despesas, porém, os gastos inerentes à procissão não lhe diziam respeito, como referimos anteriormente.

Apesar do seu carácter agregador, a procissão foi também fonte de vários conflitos, por reunir à sua volta muitas pessoas e outras instituições com diversos interesses. O conflito está patente em toda a sociedade do Antigo Regime, fazendo parte do seu quotidiano.

O desfile processional saía da igreja de São João do Souto na madrugada do dia 24 e percorria um itinerário previamente selecionado pela Mesa, abarcando o coração da Braga Moderna. Nele, como verificámos, é possível observar muitos elementos que persistem até ao dia de hoje, demonstrando como o ritual continua a ser atractivo para a população, num tempo de fortes mudanças, em que a religiosidade popular não ocupa mais o lugar de outrora e o profano se sobrepôs ao religioso.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, M. M. L. (2008). *A confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave. Um itinerário de religiosidade popular no Baixo Minho*. Braga: Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave.

Araújo, M. M. L. (2020). Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças e sumárias na Braga Moderna. In M. Martins, E. Rodrigues (eds.), *Universidade do Minho em tempos de pandemia. Reflexões*. I (pp. 174-197). Braga: Uminho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.23.10>

Barbosa, A. D. (2017). *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vol. I. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Bluteau, R. (1712-1728). *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*, 4º vol. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

Carmona García, J. I. (2021). *La salud de la multitud. Ingesta, medioambiente, patología y sanidad temprana Edad Moderna*. Sevilla: Diputación de Sevilla.

- Costa, P. P. (2006). *Das festas religiosas ao luto por D. Sebastião, no âmbito da vereação de Braga*. Porto: Universidade do Porto.
- Ferraz, N. T. G. (2014). *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. (Tese inédita de doutoramento). Universidade do Minho, Braga.
- Ferreira, J. A. P. (1966). Os majestosos andores da procissão de Cinza. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 39, pp. 602-659.
- Ferreira, J. F. (1997). Desfilar. A procissão barroca. *Revista Brasileira*, 17(33), pp. 251-279.
- Ferreira, R. M. G. (2013). *As festas do São João em Braga; raízes, história e potencial turístico*. (Tese inédita de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- García Bernal, J. (2008). El templo y el imaginario festivo del barroco a propósito de la descripción panegírica de Núñez Sotomayor. *Studia Historica. Historia Moderna*, 30, pp. 273-318.
- Gomes, P. A. C. S. (2002). *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*. (Tese inédita de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- González Lopo, D. (2014). Las cofradías como escudo ante la muerte: devociones y solidaridad parroquial en las comunidades de Galicia y del Norte de Portugal. In M. M. L. Araújo et al. (coords.), *Sociabilidades na vida e na morte (Séculos XVI-XVIII)* (pp. 437-454). Braga: CITCEM.
- Gouveia, A. (1993). Enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso. In Mattoso, José (dir), *História de Portugal*. vol. IV (pp. 290-312). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Guadalupe Muñoz, L. M. L. (2007). El Corpus Christi y las hermandades sacramentales en la Granada Moderna. In *Minerva. Liturgia, fiesta y fraternidad en el Barroco Español* (pp. 258-259). Sepúlveda: Cofradía de Corpus de Sepúlveda.
- Mantecón Movelán, T. A. (2008). La violencia en la Castilla urbana del Antiguo Régimen. In J. I. Fortea y J. Gelabert (eds.), *Ciudades en conflicto (siglos XVI-XVIII)* (pp. 307-334). Madrid: Marcial Pons Historia.

- Mantecón Movellán T. A. (1997). *Conflictividad y disciplinamiento social en la Cantabria rural del Antiguo Régimen*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria.
- Marques J. (1983). Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545). *Bracara Augusta*, 36(81-82) (94-95), pp. 1-133.
- Marques, J. F. (2000). As formas e os sentidos. In C. M. Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2. (pp. 449-462). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Martínez Gil, C. (2002). Los sonidos de la fiesta: música y cerimonial en el Corpus Christi. In G. Fernández Járez, G. Martínez y F. Martínez Gil (coords.), *La fiesta del Corpus Christi* (pp. 215-234). Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La-Mancha.
- Matos, H. J. M. (2000). *O Minho e as invasões francesas*. Braga: Universidade do Minho.
- Milheiro, M. M. (2003). *Braga. A cidade e a Festa no século XVIII*. Viseu: NEPS.
- Muir, E. (1997). *Fiesta y rito en la Europa Moderna*. Madrid: Editorial Complutense.
- Penteado, P. (1995). Confrarias portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação. *Lusitânia Sacra*, 7, pp. 15-52.
- Pereira, M. D. S. (2008). *Entre ricos e pobres: a actuação da Misericórdia de ponte da Barca (1650-1800)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca.
- Pérez Álvarez, M. J. (2009). Insalubridad y respuestas institucionales en la ciudad de León en el siglo XVIII. In O. Rey Castelao, R. L. López (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, II (pp. 357-370). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Rodrigues, I. P. F. (2022). *Limpar a cidade em tempo de crise: higiene e asseio em Braga (séculos XVII-XIX)*. (Tese inédita de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.

